



Ministério Público Federal

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARANÁ

FORÇA TAREFA "OPERAÇÃO LAVA JATO"

Em 6 de julho de 2017, em cumprimento ao Despacho 6614/2017(GABPR-3DMD), de 5 de junho de 2017, procedo à transcrição do depoimento em vídeo de FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS (Termo de Colaboração nº 01/29) constante da Representação Criminal nº 5022683-50.2017.4.04.7000/PR, evento 2, TERMO15, VÍDEO17 e VÍDEO18.

TRANSCRIÇÃO REFERENTE AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/29 FERNANDO LUIZ AYRES DA CUNHA SANTOS REIS

PARTE 1:

MPF: Aos 12 de dezembro de 2016, na sede da Procuradoria da República em Alagoas, diante dos procuradores Rodrigo Tenório e Roberta Bomfim, compareceu o senhor Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos Reis, brasileiro, CPF/MF n.º 858.372.377-04, a fim de prestar depoimento em razão de celebração de acordo de colaboração com o MPF.

Todos presentes, são cientificados nesse momento da proibição do uso de qualquer instrumento de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprio, e declaram não estar fazendo uso oculto e simulado de qualquer equipamento, sob as penas legais.

O senhor confirma?

FERNANDO: Confirmo.

MPF: Inquiridos sobre os fatos em apuração, na presença dos advogados Dra. Ana Lúcia Pena Gonçalves e Dr. Geraldo de Graça Neto, sob todas as cautelas e sigilos, atendendo aos ditames da Lei 12.850/13, notadamente quanto aos artigos 4º a 7º. Eu pergunto ao senhor, se os advogados aqui presentes são seus defensores nomeados para lhe assistir nesse ato?

FERNANDO: São meus defensores nomeados.

MPF: Se o senhor renúncia na presença dos seus defensores ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do art. 4º da Lei 12.850?

FERNANDO: Renuncio.

MPF: Se o senhor pretende colaborar de forma efetiva e voluntária nas investigações dos processos criminais, nos termos firmados com o MPF?

FERNANDO: Pretendo.

MPF: Se o senhor renúncia, como seus defensores, autorizam expressamente e estão cientes dos registros audiovisual do presente ato de colaboração, além do registro escrito, nos termos do § 7º do art. 4º da Lei 12.850?

FERNANDO: Estou ciente e autorizo.

MPF: Se o senhor está ciente que os efeitos da colaboração premiada depende de um dos seguintes

resultados, conforme art. 4º da Lei 12.850: identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização. E se o senhor também está ciente, em relação aos benefícios, vai levar em conta a personalidade do colaborador, a natureza, a circunstância, a gravidade e a repercussão social do fato criminoso e a eficácia da colaboração?

FERNANDO: Ciente.

MPF: O senhor também está ciente dos direitos do colaborador?

FERNANDO: Ciente.

MPF: Agora eu quero que senhor destaque sua relação ao anexo 1, Aldemir Bendine, falasse o que teria pertinente.

FERNANDO: Tá, perfeito, muito obrigado. O senhor André Gustavo, na verdade André Gustavo Vieira, eu não sei precisar exatamente quanto eu o conheci, em que situação o conheci. Eu o conhecia superficialmente, já tinha estado com ele algumas vezes, sempre falando de marketing, de publicidade, de publicidade de concessões, contra e a favor de esgoto, água, e em um determinado momento ele me telefonou, dizendo que precisava falar comigo pessoalmente, que iria está em São Paulo, marcou um encontro nesse hotel Mercure, em São Paulo, eu me lembro até da data, porque foi uma data de jogo da Copa do Mundo, tinham pessoas no café da manhã com camisa de times de Copa do Mundo, e nesse encontro ele trouxe e fez questão de mostrar que ele conhecia, extensamente, a agenda do Grupo Odebrecht junto ao Banco do Brasil. (sic)

MPF: Você estava hospedado no hotel?

FERNANDO: Não.

MPF: Nem ele?

FERNANDO: Ele eu acho que estava hospedado no hotel, ele estava hospedado no hotel.

MPF: Tá certo.

FERNANDO: Eu não. Então nós, na verdade ele trouxe essa agenda, que era uma agenda que nem eu conhecia, na sua extensão, nem eu conhecia todos os assuntos. Então ele mostrava que tinha um conhecimento, e me disse claramente que aquela agenda dos assuntos que estavam sendo tratados pela Odebrecht junto ao Banco do Brasil, que o Marcelo Odebrecht tinha uma interlocução com o senhor Guido Mantega, e que o Guido Mantega mandava sempre o Aldemir Bendine fazer as coisas, e que ele fazia, e que ele tinha a percepção de que o Guido, ou então o Ministro Guido Mantega fazia parte da arrecadação, e que ele, Bendine, só recebia ordens e não recebia nada. Então, que ele queria tentar estabelecer conosco um canal para o Aldemir Bendine. Ai ele mencionava vários projetos e créditos que estavam sendo tratados, a gente tinha um crédito pro Estaleiro Inicial de Paraguaçu na Bahia, que era um projeto da Sete Brasil de 600 milhões de reais, a minha empresa, a empresa da qual eu era presidente estava pedindo um crédito para uma eventual privatização da empresa de lixo de Portugal, chamada EGF, que era de 150 milhões de euros, e existia rolagem da dívida da Agroindustrial, da empresa de açúcar e

álcool da Odebrecht, que era a rolagem de 2.9 milhões. (sic)

MPF: O senhor poderia dizer como é que ele entrou em contato com o senhor? Por telefone? Por mensagem?

FERNANDO: Ele entrou por telefone. Possivelmente a maneira que ele me contatava, ou pode ter ligado no meu celular, ou pode ter ligado para o escritório, não sei precisar como foi, mas foi por telefone. (sic)

MPF: O senhor por informa o telefone do senhor André Gustavo?

FERNANDO: O telefone do senhor André Gustavo eram os (81) 96350447, (81) 997339111 e o 61, que na época ainda não tinha o 9 na frente, 81244725. (sic)

MPF: Certo.

FERNANDO: Então, ele entrou em contato, e ele trazia, trazia outros projetos, outras coisas que tinham sido conversadas por alguém da Odebrecht no Banco do Brasil, trazendo um profundo conhecimento da agenda. E dizendo que ele podia nos ajudar, que ele podia fazer que tudo isso andasse mais rápido, e que tudo isso fosse mais expedito, que fosse aprovado, e que fazendo isso ele gostaria de ter uma comissão que seria para o senhor Aldemir Bendine e pra ele basicamente. Então eu lógico, nós não temos, não, nunca praticamos, do meu conhecimento de pagar comissões por esse tipo de dívida, mas ainda por que você paga uma dívida depois você vai ter que pagar de novo, tá pagando duas vezes, aquele no fundo é uma dívida a parti que estaria sendo desembolsada. Conhecendo a nossa estratégia de não pagar por dívida, eu disse, olha vou ver, vou analisar, não disse não e fiquei de levar o assunto para dentro da Odebrecht. Conversei com o Marcelo Odebrecht e chegamos a conclusão que ali a gente não tinha, sempre tínhamos tido uma relação com o Banco do Brasil absolutamente republicana, nunca tinha havido necessidade de se pagar nada, além de um técnico no Banco do Brasil, e que não tinha o porque nós ficar, pagarmos aquilo. Mas de qualquer forma, só o pedido nos acende uma luz amarela pra que a gente comece a olhar o processo e vê se de fato eles estão fazendo algum tipo de bloqueio ou de retalho pra criar a vantagem, criar um problema pra tirar algum proveito. Então eu internamento, sem que as equipes percebessem do que estava se tratando, eu comecei a acompanhar pra ver se efetivamente eles tinham algum poder, ele, se o Bendine, enfim o senhor André Gustavo, algum poder de que aqueles processos não caminhassem. O processo de Inicial Paraguaçu era um processo muito complicado, esse não andava por questões muito mais de Sete Brasil e dos estaleiros. Quanto ao processo da EGF, eu tive pessoalmente em uma reunião com o senhor Bendine, marcada pelo senhor André Gustavo, o senhor André Gustavo telefonou para o escritório e me avisou: "olha o senhor pode ir no Banco do Brasil no dia tal, na hora tal", e nos na verdade nesse encontro falamos sobre a possibilidade do crédito, existia uma linha de crédito para privatização de empresas estrangeiras por empresas brasileiras e no final do, essa reunião foi em julho de 2014, no final dessa reunião, o Aldemir Bendine, só estava eu e ele, o Aldemir Bendine já levantado se despedindo e me caminhando até a porta, ele disse: "continuamos conversando por intermédio do nosso amigo comum", na verdade eu entendi isso como ele estava dando uma credencial ao André Gustavo pra que continuasse a conversa. (sic)

MPF: O senhor foi como até lá? Então quer dizer, o senhor foi de jato particular?

FERNANDO: Não, isso foi em São Paulo, na Avenida Palista, fui com o carro da empresa e o motorista, entramos na garagem.

MPF: Teve registro?

FERNANDO: Deve ter.

MPF: O senhor passou na portaria?

FERNANDO: Não me lembro, devo ter passado na portaria. Normalmente quando era do Bendine ele fazia você passar sem registro. Algumas vezes eu passei sem registro, não sei lhe precisar se nessa vez passei sem registro ou não. (sic)

MPF: Essa reunião foi marcada pelo André?

FERNANDO: Foi marcada pelo André.

MPF: E o senhor tem extrato telefônico dessas ligações?

FERNANDO: Não sei se temos desta especificamente mas podemos tentar conseguir. Não sei tenho especificamente desta, mas...

MPF: Foi juntaram extratos no termo de colaboração?

FERNANDO: Juntamos, vários extratos.

MPF: Continue, por favor.

FERNANDO: Então.

MPF: (inaudível) só, retomando onde o senhor parou: "continuamos conversando por meio do nosso amigo em comum."

FERNANDO: Isso, e isso no fundo foi para mim um entendimento claro de que ele estava credenciando o canal do André Gustavo como interlocução pra conosco, ou seja, ele estava certificando o André Gustavo. Posteriormente a isso, o André Gustavo me procurou, dizendo que estava no Rio de Janeiro, marcou um novo encontro, dessa vez no hotel Excelsior, tenho a impressão que ele também estava hospedado lá, nesse hotel Excelsior, e aí conversávamos sobre todos, ele voltou querendo saber se nós já tínhamos uma posição sobre como remunerá-lo por essa ajuda que ele estava oferecendo. Nesse momento, eu me lembro perfeitamente, até uma mesinha, um canto de sofá ao lado da recepção onde nós estávamos, ele puxou, tinha um pedaço de papel com uns projetos anotados, e ele só disse, "olha esse de Paraguaçu é muito complicado, esse não vai sair, se não me engano a privatização, a licitação de privatização da EGF aquela altura nos já tínhamos perdido, porque nos perdemos, não demos uma proposta competitiva e perdemos. Então ficava basicamente naquele momento o crédito da Agroindustrial, que ele falava inicialmente em uma comissão de 2 a 3%, e nos naquele época imaginávamos que esse crédito da Agroindustrial, só para dar uma recapitulação de valores, nos estávamos falando em 600 milhões de reais, a gente estava falando em 600 milhões de reais pra o Estaleiro Inicial de Paraguaçu, a gente estava falando de 150 milhões de euros para EGF e naquela época se falava de uma rolagem de dívida da Agroindustrial de 2.9 bilhões de reais. O setor de açúcar e álcool ele tem a dificuldade que ele, até aquele momento, ele só tinha dívida de curto prazo, você sempre rolava um curto prazo, então aquilo era uma coisa que a gente convivia com aquilo, não era a primeira vez que estava se fazendo isso. Então, no final ficou basicamente, acabou que naturalmente como os assuntos foram se esvaziando o ponto de concentração ficou o crédito da Agroindustrial. Ele fala de 2 à

3%, a gente não queria dar nada. Dois ou 3% seria um absurdo, seria 60, 90 milhões de reais, o que a gente estava falando, e a nossa intenção não era absolutamente dar nada para ele. Essa conversa continuou, a gente inclusive se você fizer uma conta, 2 à 3% de um crédito, que era um crédito de mercado, não era um crédito subsidiado, isso acaba tomando uma proporção absurda, então veja em que sentido você até, tá tomando o crédito naquela linha do Banco do Brasil, por essa, por essa proporção. Então, eu voltei a conversar com o Marcelo Odebrecht pra saber o que a gente devia fazer, e mantivemos a linha de não pagar, não aceitar essa pressão deles, mas continuar acompanhando para ver o que de fato poderia ser feito. (sic)

MPF: Eles chegaram a diminuir, diante da resistência dos senhores?

FERNANDO: Nada, nada. O corpo técnico continuou normalmente.

MPF: Eu estou dizendo o senhor André?

FERNANDO: Ah, ele depois quando ele viu que a gente não estava aceitando ele propôs 1%. Ele propôs 1% e manteve 1%, mas com a diminuição de ritmo, não vou nenhuma, as discussões eram basicamente técnicas e os problemas eram problemas de natureza técnica do próprio Banco do Brasil. Depois eu tive com ele um encontro em dezembro de 2014, já na residência dele em Brasília, na casa dele em Brasília, na AQL3, conjunto 10, casa 02, no lado sul, e nessa reunião ele voltava a insistir que o crédito estava caminhando, que ia sair, num primeiro momento nós tínhamos pedido a ele até para testar, pra testar se tinha alguma influência, apesar de não estarem atrapalhando, a gente queria testar se eles tinham alguma influência pra ajudar também, então nós tínhamos pedido para que este crédito saísse até 31 de dezembro e eles se justificaram dizendo que não ia sair até 31 de dezembro, também mostra que ele também não tinha capacidade de ajudar, de influenciar o corporativismo, e naquele momento o crédito já tinha com o Banco do Brasil, já tinha decidido que dividiria este crédito em dois, que para a safra 15/16 ele daria 1.7 bilhões e depois pois daria para a safra seguinte mais 1.2 bilhões de reais. (sic)

MPF: Essa reunião o senhor disse que foi em Brasília?

FERNANDO: Foi em Brasília na casa dele...

MPF: O senhor se deslocou como?

FERNANDO: Eu fui direito com o nosso avião e tem ai o plano de voo, tá juntado como prova corroborativa. (sic)

MPF: E saindo dessa reunião?

FERNANDO: Saindo dessa reunião eu voltei a conversar com o Marcelo e mantivemos a linha de não pagar até porque tínhamos ai o indício de que ele não estava nem ajudando, nem atrapalhando, que era meramente, estava aproveitando uma oportunidade. Posteriormente a isso, já em fevereiro de 2015, o senhor Bendine deixa o Banco do Brasil e passa para a Petrobras, onde a agenda da organização Odebrecht era muito mais tensa e mais sensível, principalmente pelos efeitos da operação Lava Jato. A agenda da Odebrecht com a Petrobras naquele momento ela já tinha aluguel de sonda, a questão da própria construtora das obras que tinham sido paralisadas, tinham muito pequenas questões, nossas quase nenhuma, da Odebrecht Ambiental, mais tinha havido, o que a gente, foi conhecido como bloqueio cautelar, que em 29 de dezembro o conselho da Petrobras decidiu tirar do cadastro da Petrobras, ou seja, colocar em uma lista negra mais de 20 empresas nas quais elas entravam na lista

negra da Petrobras. O problema da lista negra da Petrobras, ela tinha duas consequências, uma das consequências era imediata, era o impedimento que uma daquelas empresas pudessem contratar com a Petrobras, no caso da Odebrecht Óleo e Gás isso era mais premente, no caso da construtora nem tanto, e no caso da Odebrecht Ambiental também muito pouco, mais a vertente que mais incomodava era que essa decisão tinha sido tomada com base no conceito de grupo econômico, o conceito do banco central de grupo econômico, então isso podia trazer uma contaminação se isso fosse adotado por outros órgão da administração pública elevado nessa literalidade, isso poderia trazer um efeito devastador para a organização Odebrecht e para todos os outros empreendimentos, para todas as outras organizações empresariais brasileiras envolvidas na Lava Jato. Então esse era um assunto muito sensível, porque no caso da Odebrecht Ambiental nos não tínhamos nenhum grande impacto no bloqueio cautelar da Petrobras, mas o conceito de grupo econômico ele pegava todas as empresas do grupo econômico e isso tinha um problema grande. (sic)

MPF: Vocês passaram a ser procurados de novo depois que o senhor Bendine virou presidente da Petrobras?

FERNANDO: Passamos a ser procurado, o senhor André Gustavo frequentemente me ligava antecipando informações da Petrobras. Informações que as vezes nem eram de nossa interesse, informações gerais, coisas que iam ser aprovadas pelo conselho, coisas que iam ser discutidas no conselho, mudança de algum diretor, alguma coisa, também para se credenciar que mantinha mesma proximidade com o senhor Aldemir Bendine na Petrobras desde quando ele estava na questão do Banco do Brasil. (sic)

MPF: Nessas outras reuniões que o senhor teve com ele, tinha mais alguém? Ou era só o senhor e ele?

FERNANDO: Não, só eu e ele.

MPF: Certo, pode continuar por favor.

FERNANDO: Só eu e ele. E, na verdade, já nós tínhamos uma primeira reunião logo depois do Bendine assumir a presidência da Petrobras, foi no hotel Windsor Atlântica, onde ele estava hospedado, como ele morava em São Paulo e Brasília e mudou-se para a Petrobras, ele ficou hospedado no Hotel Windsor em frente ao restaurante Aloha, numa recepção, nesse encontro eu me lembro que a esposa dele passou e ele me apresentou a esposa, estávamos os três, eu o senhor André Gustavo e o Aldemir Bendine. (sic)

MPF: Ambos estavam hospedados?

FERNANDO: O Aldemir Bendine com certeza estava residindo ali temporariamente, o André Gustavo tenho a impressão que não estava hospedado lá, não sei lhe dizer. Não sei lhe dizer. O Aldemir Bendine com certeza porque a esposa dele passou inclusive para pegar uma chave do quarto pra subir, ele estava temporariamente hospedado ali. Então, nessa reunião toda a agenda era já a agenda da Odebrecht, ele queria conhecer mais a agenda de interesse da organização Odebrecht na Petrobras. Eu conhecia pouco, falei o que conhecia. Disse a ele, falei o que conhecia, e no final dessa reunião no ato seguinte dessa reunião o André Gustavo me disse claramente que para os assuntos da Petrobras caminhassem bem seria importante que a gente reconhecesse o trabalho que ele supostamente tinha feito no Banco do Brasil pro crédito da Agroindustrial, que naquele momento, naquela oportunidade, sequer havia sido aprovado ou concluído. Então essas agendas continuaram, eu recebi como lhe disse várias informações de detalhes, de (inaudível), coisas que viriam a acontecer na Petrobras. (sic)

MPF: Sempre por telefone?

FERNANDO: Sempre... Quase sempre por telefone, quase sempre por telefone.

MPF: Whatsapp? Mandava mensagens?

FERNANDO: Não, eu não usava whatsapp, não, quase sempre por telefone. E ele, na verdade, ele mandava, eram informações muito, até genéricas: "olha, a diretoria vai analisar o desbloqueio cautelar", e acabou que não analisava, isso não foi levado. E aí, num determinado momento, aquele 1% que eu não tinha negado, os outros eu tinha dito claramente não, não, não, 1% eu não disse nem sim nem não, então ele foi se consolidado no dialogo com ele, aquele valor de 1%. E ele, então nos fomos almoçar no restaurante Rodeio, no Shopping Iguatemi em São Paulo, acho que a gente junta aqui o comprovante do cartão de crédito, não sei se, a gente junta, tenho a impressão que a gente junta o comprovante do cartão de crédito, se não tiver vamos buscar, que foi no início de maio de 2015, onde ele então, André Gustavo, percebendo que eu não estava sendo diligente com essa questão do crédito, o crédito da Agroindustrial já tinha sido aprovado, foi aprovado em 31 de março e desembolsado imediatamente. Então o senhor veja que foi desembolsado quase que 60 dias depois dele já ter saído do Banco do Brasil, ou seja, a influência dele não era nenhuma no crédito. Sessenta dias na dinâmica de um crédito desse não representa muito. Então nos tivemos em maio nesse almoço, e ele percebendo a minha falta de resposta ou diligência ele pedia para que eu organizasse uma reunião entre o senhor Bendine e o senhor Marcelo Odebrecht pra que os dois pudessem ter um contato. (sic)

PARTE 2:

FERNANDO: (...) a minha falta de resposta ou diligência, ele pedia para que eu organizasse uma reunião entre o senhor Bendine e o senhor Marcelo Odebrecht pra que os dois pudessem ter um contato nisso, e marcamos então uma ida a Brasília, (inaudível) o dia em que o Marcelo ia estar em Brasília, que era o dia 18 de maio, e ele tinha algum outro compromisso nesse dia, se dispões então depois do compromisso dele ir a casa do senhor André Gustavo Viera. (sic)

MPF: Novamente de jato? Os senhores juntaram plano de voo?

FERNANDO: Não, eu acho que Marcelo foi de avião de carreira mas voltou de jato comigo. O plano de voo da minha ida e da volta de nos dois voltarmos juntos está incluído, ou seja, a volta dos dois juntos está incluído. Não sei de Marcelo, ele não foi comigo. (sic)

MPF: Entendi.

FERNANDO: Tem o plano de voo da volta, tem..., tem... E novamente na casa dele, na AQL3, conjunto 10, casa 02, e nesse dia, como eu cheguei primeiro, tem inclusive um e-mail do Marcelo trocado comigo, não sei se foi juntado aqui como prova de corroboração? Acho que tá! Onde a gente combina que eu chegaria primeiro para conversar com ele, que o Marcelo chegaria depois. E aí, eu cheguei primeiro e aí ele me disse: "durante a conversa o assunto é Petrobras, vai se falar de programa de Sete Brasil, programa de petróleo, programa de investimento, a Petrobras ali no auge da Lava Jata estava provando um novo programa de compliance, mudando a estrutura, vão falar de tudo o que é Petrobras e o senhor Bendine vai no meio da conversa, vai fazer uma menção a aprovação do crédito da Agroindustrial". (sic)

MPF: Confirmando aqui, tem sim os e-mails que os senhores trocados, combinando o horário.

FERNANDO: Ah, perfeito.

MPF: Combinando o horário de chegada.

FERNANDO: Isso.

ADVOGADA DE DEFESA: Tem sim, acabei de olhar.

FERNANDO: Eu me lembro que combinei com o Marcelo que ia chegar antes porque nos fomos separados, por isso que o sistema planejou o voo dele... Então, na verdade eu, ai chegou o Marcelo, o Marcelo chegou depois de mim antes do Bendine, chegamos no André o anfitrião já estava, cheguei eu, ele conversou comigo como seria a reunião, conversou dessa questão da senha, eu acho que o Marcelo nem conhecia o André Gustavo nessa oportunidade, eu apresentei os dois e nesse preâmbulo da reunião eu disse ao Marcelo: "Marcelo, para ficar claro, o Bendine vai trazer na conversa a questão da Agroindustrial". O Marcelo ouviu calado, não disse nada, ouviu e continuou o assunto, o Bendine chegou e de fato a reunião transcorreu como se esperava. Ele presidente da Petrobras, falando das questões da Petrobras e tal, dizendo da dificuldade dele de..., da dificuldade, porque a administração anterior tinha deixado esse bloqueio cautelar feito, que era muito difícil para essa nova administração simplesmente suspender o bloqueio cautelar, que existia um consenso dentro da Petrobras que o bloqueio cautelar tinha sido exagerado e que podia prejudicar as empresas mais do que deveria, mas que eles não sabiam a forma de fazer, falou muito das questões da Sete Brasil que estava num caminho muito ruim, naquela época os investimentos estavam paralisados, tinha também a questão (inaudível) dos japoneses, enfim, falou de tudo o que envolvia Petrobras, falou inclusive da possibilidade de não renovação de determinados contratos de sonda, sempre colocando muito perspectiva e sempre colocando muita dúvida, como quem diz, eu posso ajudar, aqui, eu posso fazer a diferença na Petrobras. E de fato no meio dessa reunião ele disse a senha, ele disse "ah Marcelo, você viu que o crédito da Agroindustrial lá no Banco do Brasil saiu, foi aprovado, desembolsado, tudo bem, né?!". (sic)

MPF: Isto fora de qualquer contexto?

FERNANDO: Fora de qualquer contexto. Eu me lembro no momento que ele disse, fora de qualquer contexto, ele parou para acender um cigarro, ou coisa do tipo, ai ele disse. Num respiro entre frases, ele soltou isso. (sic)

MPF: Nessa reunião o senhor foi de jato para Brasília, mas para casa do Bendine?

FERNANDO: Fui com o motorista que acho que a gente tem também o registro.

MPF: (inaudível)

FERNANDO: Temos o registro do carro, temos o registro do carro, tanto do meu quanto do que o Marcelo foi também. Temos o nome do motorista, temos inclusive...

ADVOGADA DE DEFESA: Estou anotando tudo o que está faltando.

MPF: Perfeito.

FERNANDO: Motorista Raimundo, do Marcelo eu não sei, mas a secretária deve saber com certeza.

MPF: Ai, então, os senhores saem de lá e...

FERNANDO: E ai nos saímos e...

MPF: E dai vocês responderam na hora?

FERNANDO: Não, não, não. Acabou, nos inclusive saímos antes, eu e o Marcelo saímos antes, ficaram os dois, ficaram o senhor André Gustavo e o senhor Bendine ficaram lá, nos saímos antes, e voltamos, ai sim no avião nosso, voltamos juntos, e nessa volta justamente nos conversamos, eu e o Marcelo, dizendo, "o que é que a gente faz?", porque a pressão está ficando grande e de fato agora tem uma agenda na mão, que é uma agenda bastante..., ele se quiser atrapalhar com um instalar de dedos na Petrobras ele atrapalha e muito as nossas operações. E ai, a intenção, o Marcelo disse "olha, acho que é que você acha?", eu disse "acho que a gente tem que levar isso ao limite do que a gente conseguir levar, mas vai ser difícil a gente conseguir escapar porque eles vão insistir nisso muito tempo". Ai combinamos eu e o Marcelo de que a gente faria alguma coisa, jamais os 17 milhões que ele pretendia, que era 1% sobre 1 bilhão e 700, mas que a gente poderia começar a fazer um pagamento, fazer alguma coisa pra abaixar um pouco a pressão naquele momento onde a nossa agenda na Petrobras era muito sensível. Eu ainda levei algum tempo para voltar a estar com ele, justamente porque como a gente não tinha nenhum interesse e queria ganhar tempo nesse processo. Eu estive com ele em junho, ele esteve em nosso escritório em São Paulo em junho, onde se combinou que então se faria um pagamento de 3 milhões em três parcelas de 1 milhão. (sic)

MPF: Só ele e o senhor ou tinha mais alguém?

FERNANDO: Só ele e eu. Nessa reunião eu pedi para que entrasse o Eduardo Barbosa, (inaudível) pessoa, mas o apresentei como Airton inclusive para que um não soubesse quem o outro era. (sic)

MPF: Certo. Esse Eduardo Barbosa fazia o que exatamente?

FERNANDO: Ele é uma pessoa de administração, um administrativo nosso, de toda a confiança, ele na verdade neste caso ele só fazia o levar o nome pro departamento de operações estruturadas. Então ele entrou na reunião e eu o apresentei como Airton para que eles não soubessem quem era quem, e ai ele combinou, acho que ele deu o endereço?! Não me lembro exatamente se nessa ocasião ele já deu o endereço de onde seria entregue. (sic)

MPF: Ele, o senhor diz?

FERNANDO: André Gustavo. Se combinaram as datas que seriam feitas as entregas, e o Eduardo Barbosa, eu pedi ao Eduardo Barbosa que depois levasse isso depois ao departamento de operações estruturadas. (sic)

MPF: Tinha algum codinome pra isso, não?

FERNANDO: Normalmente tinha, mas neste caso como já era uma etapa Lava Jato já em curso o nosso departamento de operações estruturadas já estava em fase de desmobilização, nos não demos esse codinome, depois posteriormente esses pagamentos foram realizados, um deles foi realizado inclusive dois dias antes da prisão do Marcelo, e como a gente já tinha instruído inclusive o departamento de operações estruturadas, já tinha instruído isso aos operadores financeiros esses pagamentos foram feitos inclusive depois da prisão do Marcelo. Acho que dois deles foram feitos depois da prisão do Marcelo.

Que uma vez que já estava instruído não tinha nem como reverter, não sei, não sei lhe explicar, o que a gente fazia era passar pra eles o nome. Depois disso, pela delação da senhora Maria Lúcia Tavares a gente conseguiu ver, e hoje agora com o sistema Drousys, a gente conseguiu ver justamente que foram feitas entregas no endereço marcado, combinado, e instruído por ele, que era o endereço vinculado ao senhor André Gustavo. (sic)

MPF: E ai, posteriormente a data do pagamento, então, houve o codinome?

FERNANDO: Eu só vim conhecer o codinome muito tempo depois, depois da delação da senhora Maria Lúcia Tavares.

MPF: Ah sim, qual era esse codinome?

FERNANDO: Cobra.

MPF: Cobra?

FERNANDO: Cobra. Eu só vim a conhecer que tinham atribuído a ele este codinome depois que conheci a delação da senhora Maria Lúcia Tavares, porque não fui eu que atribui, provavelmente foi alguém do departamento de operações estruturadas. (sic)

MPF: O senhor pedia verbalmente para o senhor Eduardo Barbosa, que por sua vez ia ao departamento de operações estruturadas?

FERNANDO: Isso.

MPF: Esses serviços foram feitos em quantas, perdão, esses pagamentos em quantas parcelas?

FERNANDO: Três, três entregas de 1 milhão de reais.

MPF: Você se lembra da primeira data, né? 17/06?

FERNANDO: Me lembrei da primeira, mas tem, não, duas vezes antes da prisão.

MPF: Duas vezes antes da prisão.

FERNANDO: E acho que tem uma no dia 25, uma semana depois, se não me engano, 24 ou 25. Vinte e quatro, é isso?

ADVOGADA DE DEFESA: É o que consta no sistema.

FERNANDO: É, então é isso, eu lembrava que era uma semana depois.

MPF: O que o senhor tem de documentação para demonstrar esse pagamento? (inaudível) O senhor pode explicar aquelas planilhas que foram juntadas?

FERNANDO: Veja, o que a gente tem de documentação são as documentações do sistema de operações estruturadas, as considerações do sistema de operações estruturadas, de saldos, de saques que ela mostra. A documentação onde o setor de operações estruturadas confirma que foi entregue no

endereço solicitado por ele, na rua Sampaio Viana, nº 180, em Brasília.

ADVOGADA DE DEFESA: São Paulo, Paraíba.

FERNANDO: Ah, essa foi em São Paulo?

ADVOGADO DE DEFESA: Sim.

MPF: Esses documentos que foram citados quem foi que produziram? (sic)

FERNANDO: A senhora Maria Lúcia Tavares.

MPF: Que era uma das operadoras?

FERNANDO: Que era uma das operadoras do setor estruturadas, que foi quem fez a delação em fevereiro desse ano, antes disso. Mas isso deve constar, para ela tenha, pra que esteja aqui deve constar no sistema, não é? A gente tem que ver, porque isso já era época que os sistemas estavam intermitentes. Mas com certeza na delação dela consta e foi verificado pela Polícia Federal por ocasião da operação da 26ª fase da Operação Xepa. (sic)

MPF: Na planilha, ali nos documentos que os senhores juntaram, tem a menção ao pagamento Cobra.

FERNANDO: Isso.

MPF: Daí eu vi em outras das planilhas que tem a menção a (inaudível), de doleiros.

FERNANDO: De doleiros.

MPF: Aí aquela planilha se refere ao crédito que o setor de operações estruturadas tinha com os doleiros pra pode fazer as trocas?

FERNANDO: Isso.

MPF: Na realidade não dá pra saber olhando só por essa planilha?

FERNANDO: Não dá não.

MPF: Tem que cruzar com essa informação?

FERNANDO: Tem que cruzar com essa informação.

MPF: (inaudível), aparece o nome do senhor, aquelas siglas que estão?

FERNANDO: Aparece a sigla FR.

MPF: FR é o senhor?

FERNANDO: FR sou eu.

MPF: Tá.

FERNANDO: Aparece a sigla FR como requisitante, como quem estava pedindo este pagamento. Hein?!

ADVOGADO DE DEFESA: Aí aparece o nome, nesse documento.

FERNANDO: Ah, nesse aparece o meu nome.

MPF: Mas na planilha?

FERNANDO: Na planilha aparece FR, e aparece inclusive a referência Agroindustrial também, que é referente ao crédito da Agroindustrial. (sic)

MPF: Aquelas informações que estavam na planilha, elas estavam num e-mail, eu queria que o senhor confirmasse se é esse o e-mail: Lúcia Tavares, posições caixa prestadores, (inaudível), Paulistinha, São Paulo, Cachaça, Salvador, Setembro Salvador, isso são operadores, é isso?

FERNANDO: Isso.

MPF: Pessoas que tinham créditos com o setor de operações estruturadas que mandavam eles fazerem os pagamentos?

FERNANDO: Isso.

MPF: Doleiros, é isso?

MPF: Sim.

FERNANDO: Isso tudo eu tão pouco conhecia como é que isso funcionada, fui conhecer isso, esse *modus operandi* depois da delação dela e agora por conta das investigações. Isso eu não tinha nem ideia de como é que isso funcionava. (sic)

MPF: A senhora tem aqui o doc com o anexo doutora?

ADVOGADA DE DEFESA: Tenho, é o anexo 1F. Esse doutor é um documento o Fernando Reis não tinha acesso.

FERNANDO: Tive acesso agora.

ADVOGADA DE DEFESA: Ele teve acesso após o início ao processo de colaboração, não era sequer recebido desse e-mail, ele não é parte. (sic)

FERNANDO: E não quem são essas pessoas.

ADVOGADA DE DEFESA: Exato.

MPF: Quer dizer que o FR que aparece naquele outro documento é o senhor?

FERNANDO: Sou eu.

ADVOGADA DE DEFESA: Na planilha sim.

MPF: E a referência a Agroindustrial desse pagamento e cobra também é referência pra esse pagamento?

FERNANDO: E o endereço que aparece no documento feito pela Maria Lúcia Tavares é onde o pagamento foi feito.

MPF: É este aqui onde o pagamento foi feito?

FERNANDO: Foi feito.

ADVOGADA DE DEFESA: É, mas aqueles que faz referência ao nome do Fernando e as iniciais dele na planilha ele não tinha conhecimento, foram pessoas que tratavam desse departamento, (inaudível), eles que inseriam essas siglas. O que ele fez foi inserir essas buscas trazendo dados de corroboração com esses documentos, tá trazendo, agora não participou da confecção de nenhum desses documentos. (sic)

MPF: Embora não tenha sido o senhor que preparava, o senhor confirma que o FR é o senhor?

FERNANDO: Nesse caso confirmo.

MPF: Perfeito.

FERNANDO: Lembro que, exatamente isso, eu não conhecia esses documentos, nem esse codinome. Só fui conhecer depois de investigação da Polícia Federal e da delação da senhora Maria Lúcia Tavares. (sic)

MPF: E aí, o senhor poderia continuar?

FERNANDO: Posso continuar. Depois que esse pagamento foi feito, senão me engano na sequência da prisão do Marcelo na deflagração da 14ª fase da Operação Lava Jato, ele me ligou (inaudível) solidariedade, é possível, me lembro de uma ligação dessa de solidariedade e depois disso, já no começo de agosto, Marcelo já tinha, já tinha um mês e meio que nossos executivos estavam presos, ele me ligou dizendo que tava tendo um almoço, que ia ter um almoço com o próprio Bendine, em São Paulo, no restaurante Roma em Higienópolis. Então se eu pudesse dar uma passada lá, porque o Bendine queria me dar um abraço de solidariedade e ver o que podia ajudar também. E aí eu fui de táxi nesse encontro, entrei no restaurante, como já era tarde não tinha passe ninguém, estava só os dois, não comi nada, já tinham terminado e eu dei um abraço, ele falou, voltou a falar em Petrobras, voltou a falar das dificuldades, voltou a falar da expectativa, (inaudível) a solidariedade no que pudesse ajudar a Odebrecht naquele momento que estava se passando, não falou nada, ele saiu e depois da saída dele o André Gustavo disse que tinha recebido os recursos e que entendia que aquele não era o momento da gente falar em retomar os pagamentos, em ter mais pagamentos, aí eu "nem pensar numa coisa dessa, nos estamos aí sobre, sobre, e também como fazer isso, o departamento já foi completamente desativado, então a gente não tem nem como fazer isso". E aí ficamos algum tempo sem contato, sem contato presencial, talvez tenha recebido alguma mensagem, alguma ligação, alguma coisa dele, depois já no final do ano, início do ano de 2016, no início desse ano, eu fui a Brasília um dia e ele veio me procurar, marquei de almoçar com ele, fui almoçar no Manhattan, um restaurante do Manhattan Palace, Plaza, não é isso? Manhattan Plaza, que é, foi exatamente logo depois do carnaval, dia 03 de março de 2016, no hotel do restaurante Manhattan Plaza, ele me disse que tinha passado um período fora cuidando da

campanha presidencial em Portugal como marqueteiro político, tinha voltado, tinha passado o carnaval com o senhor Bendine em Porto de Galinhas, o Bendine ainda era o presidente da Petrobras. Que as coisas estavam muito difíceis, já se falava ali de impeachment, então o próprio Bendine já tinha a preocupação de que houvesse o impeachment ele perderia o posto de presidente da Petrobras, então ele já não se falava tanto daquela, da possibilidade do senhor Bendine de ajudar, já estava muito mais em uma posição cautelosa, de dizer, nem ele sabe se continuará a frente da Petrobras. E já descendo, nos despedindo, já na portaria do Manhattan Plaza, ele diz, "olha eu tenho expectativa que tudo isso vai passar, vai acontecer, e que um dia a gente vai, você vai poder repor o saldo que você está me devendo", eu logicamente não disse nada, dei um abraço e sai, entrei no meu carro com motorista e fui embora e não voltei a vê-lo. Essa é, e aí ficou esse assunto. (sic)

MPF: Quando os senhores pagaram esses 3 milhões, os senhores esperava obter o quê?

FERNANDO: Nada. A gente na verdade esperava, nada não. A gente esperava, em primeiro lugar eu diria que a gente esperava não ser prejudicado, está era a primeira expectativa. E esperava ter uma, uma, eu diria que a gente não esperava nada além do que a gente já tinha, manter o acesso, manter essa boa relação pra poder continuar discutindo todas as questões que a gente tinha. (sic)

MPF: Eles entregaram isso?

FERNANDO: Não, não entregaram. A relação se manteve, ou seja, se a gente quisesse, nem nos quisemos muito depois de todos os problemas que a Odebrecht entrou, depois de 14ª fase, nem nos procuramos muito mais, mas, enfim, a conversar para o que ele me chamou no restaurante, pra falar que as coisas continuariam, que ele continuaria lutando pelos nossos interesses era mais para ter essa relação, pra ter esse acesso e que ele não cortasse ou prejudicasse. Então, nada de mais, então, no fundo a gente esperava que a relação fosse, se mantivesse fluída e ele fosse capaz de fazer alguma coisa, ou seja, ele não foi, não fez nada, ao contrário, nos inclusive tivemos um ou dois contratos de sondas cancelados. Teve um contrato de uma sonda da Petrobras, se não me engano 96, que foi cancelado ainda no ano de 2015, foi cancelado na sequência. Cancelaram o contrato da sonda que foi muito prejudicial pra empresa, para a Odebrecht Óleo e Gás, o bloqueio cautelar foi mantido, as questões da Sete Brasil nunca foram resolvidas, ou seja, nada daquilo que estava se tratando foi resolvido. Não foi resolvido, não que ele tenha prejudicado, que ele tenha feito, não deve ter feito força a favor, também não deve ter feito força contra. Então, tal qual a minha percepção na questão do Banco do Brasil era quase que um se valer da situação que estava, da posição que ele tinha pra ter algum benefício, era muito mais em função da posição do que das ações que ele fizesse ou deixasse de fazer. (sic)

MPF: As três parcelas do pagamento, o senhor sabe se elas foram entregues da mesma maneira, aí tem um documento que os senhores trouxeram da senhora Maria Lúcia Tavares, com o endereço, o dinheiro foi entregue naquele endereço?

FERNANDO: No mesmo endereço, dia 17 de junho, 24 de junho e 01 de julho, as três no mesmo endereço, na rua Sampaio Viana, n.º 180, Edifício Option do Paraíso, apartamento 43, Paraíso, Parque Paraíso, São Paulo. As três foram feitas no mesmo endereço. (sic)

MPF: Não tenho mais perguntas. O senhor quer acrescentar alguma coisa (inaudível)?

FERNANDO: Não.

MPF: Doutor? Doutora?

ADVOGADA DE DEFESA: Não.

ADVOGADO DE DEFESA: Não

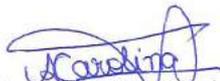
MPF: Muito obrigado.

FERNANDO: Obrigado.

MPF: Vamos encerrar esse e continuar no próximo termo.

Nada mais havendo a ser transcrito, encerrei o presente termo e certifico que é reprodução fiel do depoimento colhido audiovisualmente.

Curitiba, 6 de julho de 2017.



Ana Carolina Zacharias

Estagiária de Direito – Matrícula 33961